



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 12898.000274/2010-19
Recurso n° Voluntário
Acórdão n° 2402-006.809 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 05 de dezembro de 2018
Matéria CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS À SEGURIDADE SOCIAL. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, VALE TRANSPORTE E SALÁRIO MATERNIDADE
Recorrente ARAUJO ABREU ENGENHARIA SA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/01/2005 a 31/12/2005

VALE-TRANSPORTE. PAGAMENTO EM DINHEIRO. NÃO INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES. SÚMULA CARF 89.

A contribuição social previdenciária não incide sobre valores pagos a título de vale-transporte, mesmo que em dinheiro. Súmula CARF 89.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. PAGAMENTO EM DINHEIRO. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO. POSIÇÃO UNÍSSONA DE TODAS AS TURMAS DE JULGAMENTO DO CARF.

Conforme o entendimento de todas as turmas de julgamento do CARF, a alimentação fornecida em dinheiro sem a devida inscrição no PAT sofre a incidência de contribuição previdenciária.

SALÁRIO-MATERNIDADE. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES. DECISÃO DO STJ EM RECURSO REPETITIVO. OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELO CARF. DISPOSIÇÃO REGIMENTAL EXPRESSA.

O STJ, em recurso repetitivo, decidiu que o salário-maternidade tem natureza salarial e a transferência do encargo à Previdência Social não tem o condão de mudar sua natureza. Tal precedente é de observância obrigatória pela CARF, conforme preleciona o art. 62, § 1º, inc. II, alínea "b", do seu Regimento Interno.

CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS À SEGURIDADE SOCIAL. CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS. DIRF. RETIFICAÇÃO. EFEITOS.

Em regra, a retificação da DIRF não deve surtir efeitos tributários para o lançamento já realizado, sem que haja prova documental dos motivos que ensejaram a respectiva retificação.

MULTA. INCONSTITUCIONALIDADE. CARÁTER CONFISCATÓRIO. INCOMPETÊNCIA DO CARF.

Súmula CARF nº 2: o CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso voluntário para excluir do lançamento os valores referentes ao vale transporte.

(assinado digitalmente)

Denny Medeiros da Silveira - Presidente em Exercício

(assinado digitalmente)

João Victor Ribeiro Aldinucci - Relator

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Denny Medeiros da Silveira, Mauricio Nogueira Righetti, João Victor Ribeiro Aldinucci, Paulo Sergio da Silva, Jamed Abdul Nasser Feitoza, Luis Henrique Dias Lima, Renata Toratti Cassini e Gregorio Rechmann Junior.

Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto em face de acórdão da DRJ, que, embora reconhecendo a decadência parcial, julgou improcedente a impugnação apresentada em face de lançamento de ofício das contribuições previdenciárias patronais incidentes sobre as remunerações pagas a empregados e contribuinte individuais.

O montante exonerado não implicou a interposição de recurso de ofício.

Cientificada da decisão em 04/11/2010 (fl. 174), o sujeito passivo interpôs seu recurso voluntário em 22/11/2010, no qual alegou basicamente o seguinte:

- a) o vale-transporte e o vale-refeição, ainda que pagos em dinheiro, não têm cunho salarial;
- b) não incidem contribuições sobre o salário-maternidade;
- c) em relação aos contribuintes individuais SAMI THOME BASSIC JIBRIN e BENEDITO ALVES DE OLIVEIRA, teria havido erro de indicação do código da receita na DIRF;

d) a multa de ofício seria confiscatória.

Sem contrarrazões ou manifestação pela Procuradoria.

É o relatório.

Voto

Conselheiro João Victor Ribeiro Aldinucci - Relator

1 Conhecimento

O recurso voluntário é tempestivo, visto que interposto dentro do prazo legal de trinta dias, e estão presentes os demais requisitos de admissibilidade, devendo, portanto, ser conhecido.

2 Do vale-transporte em dinheiro

A pretensão da recorrente está amparada na Súmula CARF 89, segundo a qual não incide contribuição previdenciária sobre o vale-transporte, mesmo que pago em dinheiro. Veja-se:

Súmula CARF nº 89: A contribuição social previdenciária não incide sobre valores pagos a título de vale-transporte, mesmo que em pecúnia.

Tal verbete está em consonância com o entendimento do STF, abaixo reproduzido, segundo o qual "a cobrança de contribuição previdenciária sobre o valor pago, em dinheiro, a título de vales-transporte, pelo recorrente aos seus empregados afronta a Constituição, sim, em sua totalidade normativa".

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA. VALE-TRANSPORTE. MOEDA. CURSO LEGAL E CURSO FORÇADO. CARÁTER NÃO SALARIAL DO BENEFÍCIO. ARTIGO 150, I, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. CONSTITUIÇÃO COMO TOTALIDADE NORMATIVA. 1. Pago o benefício de que se cuida neste recurso extraordinário em vale-transporte ou em moeda, isso não afeta o caráter não salarial do benefício. 2. A admitirmos não possa esse benefício ser pago em dinheiro sem que seu caráter seja afetado, estaríamos a relativizar o curso legal da moeda nacional. 3. A funcionalidade do conceito de moeda revela-se em sua utilização no plano das relações jurídicas. O instrumento monetário válido é padrão de valor, enquanto instrumento de pagamento sendo dotado de poder liberatório: sua entrega ao credor libera o devedor. Poder liberatório é qualidade, da moeda enquanto instrumento de pagamento, que se manifesta exclusivamente no plano jurídico: somente ela permite essa liberação indiscriminada, a todo sujeito de direito, no que tange a débitos de caráter patrimonial. 4. A aptidão da moeda para o cumprimento dessas funções

decorre da circunstância de ser ela tocada pelos atributos do curso legal e do curso forçado. 5. A exclusividade de circulação da moeda está relacionada ao curso legal, que respeita ao instrumento monetário enquanto em circulação; não decorre do curso forçado, dado que este atinge o instrumento monetário enquanto valor e a sua instituição [do curso forçado] importa apenas em que não possa ser exigida do poder emissor sua conversão em outro valor. 6. A cobrança de contribuição previdenciária sobre o valor pago, em dinheiro, a título de vales-transporte, pelo recorrente aos seus empregados afronta a Constituição, sim, em sua totalidade normativa. Recurso Extraordinário a que se dá provimento. (RE 478410, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 10/03/2010, DJe-086 DIVULG 13-05-2010 PUBLIC 14-05-2010 EMENT VOL-02401-04 PP-00822 RDECTRAB v. 17, n. 192, 2010, p. 145-166)

Logo, o recurso voluntário deve ser provido neste particular.

3 Do auxílio-alimentação em dinheiro

Muito embora o entendimento deste relator esteja em consonância com o voto vencido do então conselheiro do CARF, Fábio Piovesan Bozza, acórdão 2301-004.764, de 12 de julho de 2016, segundo o qual o auxílio-alimentação em dinheiro não teria natureza remuneratória, em homenagem ao princípio da colegialidade, que privilegia a estabilidade das relações e o princípio maior da segurança jurídica, vou me conformar à posição de todas as Turmas Ordinárias desta Seção de Julgamento e à própria posição da Câmara Superior de Recursos Fiscais, as quais preconizam que o auxílio-alimentação pago em pecúnia integraria o salário-de-contribuição.

Com isso, ressalvo o meu entendimento pessoal a respeito da matéria, resguardando, até certo ponto, a minha independência pessoal, mas submeto-o a um princípio maior, inclusive para evitar a redação de votos vencedores pelos meus pares, em matéria reiteradamente decidida neste Conselho e nesta Turma de Julgamento.

Nesse contexto, e de acordo com os precedentes abaixo, deve ser negado provimento ao recurso neste ponto. Veja-se:

Ementa(s)

[...]

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PAGO EM PECÚNIA. INCIDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA. Integram o salário-de-contribuição os pagamentos efetuados em pecúnia a título de vale alimentação, inclusive é entendimento pacificado do STJ que o auxílio alimentação pago em dinheiro ou em depósito em conta, corresponde a verba de caráter remuneratório, o que gera a incidência de contribuições previdenciárias. Recurso Negado.

(Número do Processo 11516.722893/2014-68, RECURSO VOLUNTÁRIO, Data da Sessão 12/07/2016, Relator(a) ABIO PIOVESAN BOZZA, Acórdão 2301-004.764)

....

Ementa(s)

[...]

ALIMENTAÇÃO. PAGAMENTO EM PECÚNIA.

A não incidência da contribuição previdenciária sobre alimentação restringe-se ao seu fornecimento in natura ou à hipótese de inscrição no PAT. A alimentação fornecida em pecúnia sem a devida inscrição no PAT sofre a incidência da contribuição previdenciária. Inteligência do Parecer PGFN/CRJ/Nº 2.117/2011. [...]. Recurso Voluntário Provido em Parte.

(Número do Processo 16832.000607/2009-83, RECURSO VOLUNTÁRIO, Data da Sessão 16/02/2016, Relator(a) ANDRE LUIS MARSICO LOMBARDI, Acórdão 2401-004.097)

...

Ementa(s)

[...]

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PAGO EM PECÚNIA. INCIDÊNCIA. *O auxílio alimentação pago em pecúnia integra o salário de contribuição, independentemente de empresa estar ou não inscrita no Programa de Alimentação ao Trabalhador PAT. [...]. Recurso Voluntário Negado.*

(Número do Processo 18088.000628/2009-02, RECURSO VOLUNTÁRIO, Data da Sessão 10/05/2017, Relator(a) MARCIO HENRIQUE SALES PARADA, Acórdão 2202-003.851)

Da CSRF, e no ponto que interessa:

Ementa(s)

[...]

AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO. PAGAMENTO EM PECÚNIA.

Integram o salário-de-contribuição os pagamentos efetuados em pecúnia a título de auxílio-alimentação [...].

(Número do Processo 10166.722657/2010-72, RECURSO ESPECIAL DO PROCURADOR, Data da Sessão 30/11/2017, Relator(a) MARIA HELENA COTTA CARDOZO, Nº Acórdão 9202-006.283)

4 Do salário-maternidade

O Superior Tribunal de Justiça já julgou a tese de inexigibilidade das contribuições sobre o salário-maternidade em recurso especial representativo de controvérsia.

Convém transcrever, nesse contexto, a ementa abaixo, de observância obrigatória pelo CARF, conforme preleciona o art. 62, § 1º, inc. II, alínea "b", do seu Regimento Interno:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. DISCUSSÃO A RESPEITO DA INCIDÊNCIA OU NÃO SOBRE AS SEGUINTE VERBAS: TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS; SALÁRIO MATERNIDADE; SALÁRIO PATERNIDADE; AVISO PRÉVIO INDENIZADO; IMPORTÂNCIA PAGA NOS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA.

[...]

1.3 Salário maternidade.

O salário maternidade tem natureza salarial e a transferência do encargo à Previdência Social (pela Lei 6.136/74) não tem o condão de mudar sua natureza. Nos termos do art. 3º da Lei 8.212/91, "a Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente". O fato de não haver prestação de trabalho durante o período de afastamento da segurada empregada, associado à circunstância de a maternidade ser amparada por um benefício previdenciário, não autoriza conclusão no sentido de que o valor recebido tenha natureza indenizatória ou compensatória, ou seja, em razão de uma contingência (maternidade), paga-se à segurada empregada benefício previdenciário correspondente ao seu salário, possuindo a verba evidente natureza salarial. Não é por outra razão que, atualmente, o art. 28, § 2º, da Lei 8.212/91 dispõe expressamente que o salário maternidade é considerado salário de contribuição. Nesse contexto, a incidência de contribuição previdenciária sobre o salário maternidade, no Regime Geral da Previdência Social, decorre de expressa previsão legal. Sem embargo das posições em sentido contrário, não há indício de incompatibilidade entre a incidência da contribuição previdenciária sobre o salário maternidade e a Constituição Federal. A Constituição Federal, em seus termos, assegura a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações (art. 5º, I). O art. 7º, XX, da CF/88 assegura proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei. No que se refere ao salário maternidade, por opção do legislador infraconstitucional, a transferência do ônus referente ao pagamento dos salários, durante o período de afastamento, constitui incentivo suficiente para assegurar a proteção ao mercado de trabalho da mulher. Não é dado ao Poder Judiciário, a título de interpretação, atuar como legislador positivo, a fim estabelecer política protetiva mais ampla e, desse modo, desincumbir o empregador do ônus referente à contribuição previdenciária incidente sobre o salário maternidade, quando não foi esta a política legislativa.

A incidência de contribuição previdenciária sobre salário maternidade encontra sólido amparo na jurisprudência deste Tribunal, sendo oportuna a citação dos seguintes precedentes: REsp 572.626/BA, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 20.9.2004; REsp 641.227/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 29.11.2004; REsp 803.708/CE, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 2.10.2007; REsp 886.954/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 29.6.2007; AgRg no REsp 901.398/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 19.12.2008; REsp 891.602/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 21.8.2008; AgRg no REsp 1.115.172/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 25.9.2009; AgRg no Ag 1.424.039/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 21.10.2011; AgRg nos EDcl no REsp 1.040.653/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 15.9.2011; AgRg no REsp 1.107.898/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 17.3.2010.

[...]

Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ.

(REsp 1230957/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 18/03/2014)

Como se vê, o recurso voluntário deve ser desprovido, porque o salário-maternidade tem cunho salarial e a transferência do encargo à Previdência Social não tem o condão de mudar sua natureza.

5 Dos contribuintes individuais

A recorrente alega que em relação aos contribuintes individuais SAMI THOME BASSIC JIBRIN e BENEDITO ALVES DE OLIVEIRA, teria havido erro de indicação do código da receita na DIRF, o que teria ensejado a divergência constatada pelo agente fiscal.

No entanto, e por concordar com as seguintes razões da DRJ, adoto-as como razões decidir, fazendo-o inclusive de conformidade com o § 3º do art. 57 do RICARF:

12.1. O interessado anexa à impugnação DIRF retificadora (fls. 136/138), para o ano calendário 2005, entregue pela internet no dia 13.04.2010, retificando o código de receita (código de retenção) para os pagamentos efetuados às pessoas físicas SAMI THOMÉ BASSIC JIBRIN e BENEDITO ALVES DE OLIVEIRA, de 0588 (rendimentos do trabalho sem vínculo empregatício) para 3208 (Aluguel), informando expressamente na impugnação (fls. 112) que havia informado erroneamente o código 0588 na DIRF original.

[...]

12.3. [...], ao afirmar fato impeditivo, relativa à retificação dos códigos de receita (código de retenção), o interessado traz para si o ônus da prova [...], do qual não se desincumbiu, uma vez que não trouxe aos autos quaisquer documentos que comprovem que os valores informados na DIRF, de fato, referem-se a aluguéis pagos a pessoas físicas.

12.4. Desta forma, a retificação da DIRF de 2005 não deve surtir efeitos tributários para o lançamento já lavrado com base nas informações contidas naquele documento original, sem que haja prova documental dos motivos que ensejaram a respectiva retificação.

Em sendo assim, deve ser negado provimento ao recurso neste tópico.

6 Da multa confiscatória

A cláusula de não confisco está prevista na Constituição Federal e, para se concluir pela existência de sanção confiscatória, seria necessário declarar a inconstitucionalidade da Lei 8212/91 e da Lei 9430/96. Como sabido, este Conselho não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária. Veja-se, nesse sentido, a Súmula CARF 2:

Súmula CARF nº 2: O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária.

Isto é, a verificação de que a norma implicaria infringência ao desenho constitucional da exação tributária exacerba a competência originária desta Corte administrativa, que é a de órgão revisor dos atos praticados pela Administração, bem como invade competência atribuída especificamente ao Judiciário pela Constituição Federal, negando-se provimento ao recurso neste particular.

7 Conclusão

Diante do exposto, vota-se no sentido de conhecer e dar parcial provimento ao recurso voluntário, para excluir da base de cálculo do lançamento os valores pagos a título de vale-transporte em dinheiro.

(assinado digitalmente)

João Victor Ribeiro Aldinucci